MEMÓRIA E CIDADANIA: DISPUTAS NARRATIVAS SOBRE QUESTÕES LGBTI+ EM MUSEUS E ARQUIVOS

Camila Borges Freitas[1]
Vinicius Santos da Silva[2]

RESUMO

O presente texto tem como objetivo traçar uma discussão teórica acerca de museus e arquivos enquanto lugares de memória e sua relevância social. Lançando um olhar crítico sobre suas limitações em termos de representatividade da comunidade, pessoas e causas LGBTI+, o texto propõe possibilidades de abordagens e discussões mais diversas, amplas e democráticas dentro dessas instituições.

*

Lugares de memória, representatividade e silenciamento

A representação de um grupo de pessoas pode alterar sua autopercepção e influenciar a integração com os outros grupos sociais. Para aqueles que experimentam a discriminação estrutural cotidianamente no contexto brasileiro[3], como pessoas LGBTI+[4], uma das vias de transformação e fortalecimento de direitos é o acesso e a valorização da memória. Um olhar crítico sobre as narrativas produzidas pelas instituições de memória acerca das pessoas e comunidade LGBTI+ pode nos trazer importantes questionamentos sobre as lacunas narrativas e as desigualdades, além de enriquecer as frentes de luta por igualdade, cidadania e reparação histórica.

1 Mestre em Estudos de Gênero pela Universidade de Gotemburgo/Suécia. E-mail: camilaborgesf@gmail.com
2 Graduado em Museologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: vinicius.queluz@gmail.com
3 O Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo, segundo dado publicado pelas ONGs Rede Trans Brasil e Transgender Europe (TGEU) em novembro de 2016. Pesquisa completa disponível em: https://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TvT-PS-Vol14-2016.pdf
4 A sigla LGBT se refere a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros. Já o uso da sigla LGBTI+ é uma forma de incluir o "I" de Intersexuais e de usar o "+" como símbolo para outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero. Para saber mais sobre essa discussão, recomendamos o Manual de Comunicação LGBTI+ disponível em: http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf. Reconhecemos que outras siglas são possíveis, e a nossa opção por LGBTI+ se deu por acreditarmos que ela se alinha melhor aos nossos argumentos no texto.

Discutir o silenciamento, omissões e o escopo de representatividade nos discursos museológicos e arquivísticos é um passo importante para (re)pensarmos o papel da memória nos processos de construção de subjetividades e comunidades. Narrativas históricas são construídas a partir de traços do passado, e, nesse sentido, partem de escolhas seletivas e se tornam possíveis através de um sistema discursivo "que vai determinar a diferença entre memória e esquecimento" (SIMIONI, 2016, p.175). Foucault e Derrida trazem importantes considerações a esse respeito: tratando especificamente do arquivo e sua legitimidade, Foucault (2008) o trata como o sistema da discursividade que define as possibilidades enunciativas sobre o passado. Derrida (2001), por sua vez, ao discorrer sobre o "mal de arquivo" e as razões que nos levam a preservar traços do passado, trata o arquivo enquanto um agente legitimador da memória. Argumentamos aqui que o mesmo pode ser dito a respeito dos museus e demais instituições de memória, que, junto com santuários, calendários, celebrações, monumentos, símbolos nacionais, entre outros, formam a categoria lugares de memória (no original: *lieux de mémoire*), cunhada pelo historiador francês Pierre Nora (1997). Segundo o autor, lugares de memória são lugares físicos, simbólicos e funcionais, que carregam importância e significado para uma determinada coletividade.

Nessa perspectiva, as escolhas metodológicas e discursivas dos arquivos e museus acabam por limitar o que pode ser estudado e/ou relembrado (HOGAN, 2007). Não apenas a forma como essas instituições são criadas deve ser problematizada, mas também a forma como fazemos a leitura desses espaços e como são incorporados em pesquisas acadêmicas, ações pedagógicas, na mídia e no diálogo com a sociedade em geral.

Segundo o artigo 216 da Constituição Federal de 1988, "constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira [...]". Nesse sentido, entendemos como um direito e como uma expressão de cidadania que as perspectivas dos diversos grupos sociais sejam manifestas no patrimônio nacional e na memória coletiva da sociedade brasileira. O poder legitimador dos lugares de memória precisa

ser questionado no sentido de não privilegiar alguns grupos e silenciar outros, e novas abordagens e discursos devem se fazer presentes nesses espaços, no sentido de expressar verdadeiramente o patrimônio cultural brasileiro.

Na próxima seção, trazemos algumas reflexões e sugestões para tornar estes espaços mais abertos à diversidade, questionando leituras históricas normalizadas e propondo novos (e diversos) olhares.

Experimentando ações para transformar

Inspirados por um relatório publicado pelo Ministério da Cultura da Suécia (RIKSUTSTÄLLNINGAR, 2016), discutimos nesta seção algumas possibilidades de ações transformativas, que pontuam questões de gênero e sexualidade nos lugares de memória. Podemos citar, por exemplo, exposições que coloquem uma perspectiva LGBTI+ inclusiva e ampla em seus discursos, trazendo para o público a importância de se preservar memórias de pessoas, grupos, cultura, estética, afetos e ativismo LGBTI+. Mesmo que essas memórias não estejam diretamente presentes no acervo de muitas instituições, existem formas de trabalhar a questão dentro dos museus e arquivos - deixando claras suas escolhas curatoriais e as possíveis lacunas das coleções acerca destes temas. Para isso, pode-se, por exemplo, convidar membros da comunidade LGBTI+ para participar dos processos expositivos, fazer formações com a equipe permanente do museu, rodas de conversa/seminários, e/ou contratar pessoas LGBTI+ para trabalhar nas ações educativas. Possíveis ações com visitantes, como visitas guiadas especiais com temática e perspectiva LGBTI+, *workshops*, palestras e debates sobre temas específicos, engajam e sensibilizam o público. Ações simples, como exibir os signos do arco-íris e da causa trans, têm um importante valor simbólico, assim como imprimem na instituição a responsabilidade de se fazer interessada e receptiva às pautas.

Uma das propostas - talvez uma das mais viáveis no atual contexto das instituições brasileiras - é alterar o olhar sobre seu próprio acervo. Expandir e revisar a informação acerca do acervo já existente nessas instituições, como tesauro e os métodos de seleção/catalogação/exposição do acervo, é uma das formas de, em algum nível, alterar uma história excludente e que

foi, por interesse de certos grupos, legitimada. Algumas sugestões, então, são: revisar códigos e categorias cuidadosamente, para que eles sejam inclusivos e diversos, com relação a gênero, raça/etnia e sexualidade, pensando na interseccionalidade entre eles; certificar-se de não coletar apenas material estereotipado - em outras palavras, a diversidade de fontes deve se dar tanto na temática quanto na sua origem. Outras ações relevantes e acessíveis são: convidar organizações ou comunidades LGBTI+ para participar ativamente das decisões curatoriais, cedendo espaço para que diferentes grupos possam expressar a si próprios. Compartilhar experiências de ações inclusivas entre instituições para criar ligações entre acervos voltados à comunidade LGBTI+, além de treinar as equipes sobre a legislação anti-transfobia/homofobia, direito ao nome social entre outras questões legais, poderão transformar políticas organizacionais nestas instituições.

Assim, como sugerido por Chagas (2011), tanto no museu como em outras instituições que trabalham com memória coletiva, o alargamento de vozes presentes nas narrativas oficiais é essencial para sua democratização. A flexibilização dos discursos museográficos de grandes sínteses nacionais ou regionais, a inclusão de discursos comunitários e culturas até então marginalizadas, bem como a experimentação de novos modelos museológicos e museográficos, potencializam mudanças nestes espaços.

> *O museu está passando por um processo de democratização. (...) de democratizar o próprio museu compreendido como tecnologia, como ferramenta de trabalho, como dispositivo estratégico para uma relação nova, criativa e participativa com o passado, o presente e o futuro (CHAGAS, 2011, p. 5).*

Alterar os discursos hétero e cisnormativos[5] dentro das instituições de memória é um passo essencial na luta pela igualdade, e que só reafirma seu papel como espaço de questionamentos e de criação de uma memória social, cultural e científica que não só reconheça, mas que incorpore a diversidade como mote e política. Porém, a inclusão de enunciados que incluem as pessoas LGBTI+ não se dá sem potenciais perigos de exclusão.

5 Na linha de pensamento de Berlant e Warner (2002), entendemos por heteronormatividade aquelas instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que fazem com que a heterossexualidade seja não apenas coerente, mas também privilegiada. É vista como o estado natural e o objetivo social e moral dos indivíduos e da coletividade. A cisnormatividade, segundo Souza (2020), trata-se de um sistema pautado no binarismo de gênero e que estabelece uma relação direta entre gênero e sexo biológico.

Entendemos, portanto, que esse processo de transformação das instituições deve ser horizontal e mediado por diálogos, trazendo diversidade em termos de lugares de fala e análises interseccionais pautadas na crítica e na transformação social.

Conclusão

Buscamos apresentar nesse texto o argumento de que pensar os lugares de memória através de uma ótica de gênero e sexualidade trata-se de um direito e - diante do cenário trágico de homofobia e transfobia no Brasil - uma urgência. Por isso, compilamos e discutimos algumas possibilidades para construção de um olhar mais diverso dentro dos espaços de memória da nossa sociedade, sobretudo museus e arquivos.

O ato de revisitar e discutir o passado sob uma ótica pautada nas discussões presentes amplia e extrapola escolhas narrativas feitas em contextos que já não são mais validados, enriquecendo e pousando uma mirada crítica sobre elas. Neste processo, é importante pontuar os anacronismos, deixando claro as justificativas reparatórias da revisão de narrativas, a fim de construir novas possibilidades de (re)leitura do passado.

As reflexões e estratégias apontadas acima buscam reforçar a articulação entre a presença da comunidade LGBTI+ nos lugares de memória e o fortalecimento dos Direitos Humanos através da preservação das memórias desses grupos, o que, por conseguinte, fortalece a história, a dignidade e as vidas LGBTI+. Seja através da criação de novas instituições, seja revisitando as já estabelecidas, o que está em jogo é pensar coletivamente como ocupar (e transformar) os lugares de memória e contar novas histórias.

REFERÊNCIAS

BERLANT, Laurent e WARNER, Michael. Sexo em Público. In: Jiménez, Rafael M.M. (editor). **Sexualidades Transgressoras**. Barcelona, Içaria. 2012, p.229-257.

BRASIL.. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

CHAGAS, Mário. **Museu, Memórias e Movimentos Sociais**. Caderno de Sociomuseologia, 41, 2011, pp. 5-16.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo**: Uma Impressão Freudiana. Rio de Janeiro: Editora Relume Ltda. 2001.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HOGAN, Mél. **Archiving Absence:** A Queer Feminist Framework. 2007. 127 p. Dissertação (Mestrado em Media Studies) - Concordia University, Montréal, 2007. Disponível em <https://spectrum.library.concordia.ca/975789/>. Acesso em: 06 de set. de 2020.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Quarto Gallimard. 1997.

RIKSUTSTÄLLNINGAR/SWEDISH EXHIBITION AGENCY. **Museums and LGBTQ:** An Analysis of How Museums and Other Exhibitors Can Highlight Lesbian, Gay, Bisexual, Transgender and Queer Perspectives, 2016, Stockholm, Sweden.

SIMIONI, Rafael Lazzarotto. Arquivo, história e memória: possibilidades de diálogo entre Luhmann e Foucault. **Lua Nova,** São Paulo, v.97, 2016, p.173-190. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n97/0102-6445-ln-97-00173.pdf>. Acesso em: 01 de set. de 2020.

SOUZA, Luiza. **Algumas reflexões sobre a cisnormatividade.** Medium (blog da internet), 2020. Disponível em: <https://medium.com/@Luisa29/algumas-reflex%C3%B5es-sobre-a-cisnormatividade-28df67cae59e>. Acesso em: 08 de set. de 2020.